



ESP-CDP-AG.SEG.PENIT.VICENTE L.DA SILVA-PINHEIROS  
COMPLEXO PENAL II DE SÃO PAULO

## Edital 9/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	380209-ESP-CDP-AG.SEG.PENIT.VICENTE L.DA SILVA-PINHE	ADILSON CARLOS GOMES DOS SANTOS	27/04/2026 12:40 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		006.00012161/2026-24

### 1. EDITAL - CAPA



## PREGÃO ELETRÔNICO

**90008/2026** CONTRATANTE (UASG 380209) / (UGE 380209)

### OBJETO

**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuos de gestão, administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva para frota de veículos automotores oficiais pertencentes ao Complexo Penal II**

*de São Paulo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexo.*

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

*R\$ 613.074,75 (seiscentos e treze mil setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)*

# DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/05/2026 às 09:00hs (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

**[menor preço]**

## MODO DE DISPUTA:

**[aberto]**

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

**NÃO**



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta

## SUMÁRIO

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. ABERTURA DA SESSÃO, PROPOSTAS E LANCES .....	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	17
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. ....	19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	19
11. DOS RECURSOS .....	20
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
13. DA IMPUGNAÇÃO E DO ESCLARECIMENTO. ....	23
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24

## PREÂMBULO

### SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

### COMPLEXO PENAL II DE SÃO PAULO

Torna-se público que o Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária, Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo, por intermédio do Complexo Penal II de São Paulo, localizada na **Av. Dra. Ruth Cardoso, 1525, Vila Leopoldina, São Paulo, SP, CEP 005310-000**, representado pelo Chefe de Departamento, **o Sr. Evaldo Barreto dos Santos**, no uso de sua competência legal, instituída pela Resolução SAP 128 de 26 de dezembro de 2024, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuos de gestão, administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva para frota de veículos automotores oficiais pertencentes ao Complexo Penal II de São Paulo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.4.1. Considerando o valor estimado do item 01 (único), objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

### 3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.5.2 e 3.5.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#) nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão no item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário, e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na , [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos,



ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 306.54 (trezentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;
  - 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
  - 6.19.2.2. empresas brasileiras;
  - 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2006](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também a seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#))

7.3.1. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela

Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Considerando que na presente licitação não há a previsão da necessidade de avaliação prévia do local de execução, o licitante não sofrerá pena de inabilitação, por não conhecer o local e as condições de realização do objeto da licitação, sem a necessidade de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ( [art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10.) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



**11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo e-meio eletrônico: [adcsantos@sap.sp.gov.br](mailto:adcsantos@sap.sp.gov.br).**

## **12. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:**

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:**



- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação (Resolução SAP-49, de 17-5-2024) que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e

circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções plicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

1. E-mails:

1. [almelo@sap.sp.gov.br](mailto:almelo@sap.sp.gov.br);
2. [adcsantos@sap.sp.gov.br](mailto:adcsantos@sap.sp.gov.br).

2. Telefone:

1. Serviço de Finanças e Suprimentos: (11) 3024-3104.
2. Divisão de Administração: (11) 3024-3105.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da [Lei nº 8.078, de 1990](#), e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o **1º (primeiro) dia útil subsequente**, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico [compras.gov.br](http://compras.gov.br).

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1. - Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II - Minuta de Contrato;

14.15.3. ANEXO III - Resolução SAP nº 49/2024, de 17/04/2024;

14.15.4. ANEXO IV - *Modelos(s) referentes(s) a planilha de proposta*;

14.15.5. ANEXO V - *Modelos(s) declaração(ões)*;

São Paulo, 27 de abril de 2026.

Subscritor do Edital

**André Luiz de Oliveira Melo**

Chefe de Serviço de Finanças e Suprimentos

**EVALDO BARRETO DOS SANTOS**

Chefe de Departamento

Autoridade Competente

## 2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA MELO**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 11:56:35.*

**EVALDO BARRETO DOS SANTOS**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 12:40:58.*



ESP-CDP-AG.SEG.PENIT.VICENTE L.DA SILVA-PINHEIROS  
COMPLEXO PENAL II DE SÃO PAULO

## Termo de Referência 25/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2026	380209-ESP-CDP-AG.SEG.PENIT.VICENTE L.DA SILVA-PINHE	ADILSON CARLOS GOMES DOS SANTOS	27/04/2026 12:39 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		006.00012161/2026-24

### 1. Condições gerais da contratação



1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de gestão, administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva para frota de veículos automotores oficiais pertencentes ao Complexo Penal II de São Paulo, incluindo o fornecimento de peças, componentes, acessórios, materiais e transporte em suspenso (guincho) além da execução de serviços de plotagem automotiva, por meio de serviço que opere via internet, com ou sem a utilização de cartões magnéticos e que inclua uma rede credenciada de oficinas, concessionárias (obrigatória para a manutenção dos veículos que estejam dentro do prazo de garantia) e centros automotivos, para a execução dos serviços de reparação automotiva, necessários aos veículos. O objeto visa atender à sub frota composta por 30 (trinta) veículos pertencentes a este Complexo Penal II de São Paulo, sendo 24 (vinte e quatro) veículos destinados ao transporte de pessoas privadas de liberdade, 04 (quatro) veículos utilizados no transporte de alimentação dessas pessoas e 02 (dois) veículos do tipo carga seca, todos de patrimônio do Complexo



Penal II de São Paulo, subordinado à Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, organizado em itens conforme as subdivisões deste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	BEC	QTD.	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL
1	Administração/ Gerenciamento manutenção de veículos automotivos	25518	189472	1	R\$ 40.871,65	R\$ 613.074,75
Total Gasto em Média nos anos de 2024 e 2025					R\$	502.160,14
Média de gasto Mensal nos anos de 2024 e 2025					R\$	33.477,34
Margem de Segurança 25% (mensal) aplicada - nova contratação					R\$	8.369,33
Total Mensal com Segurança 25% (mensal) - nova contratação					R\$	41.846,67
Taxa de Administração conforme cotado em pesquisa				-2,33%	-R\$	975,02
Valor Mensal com Taxa de Administração					R\$	40.871,65
Valor Total previsto ao longo de 15 (quinze) Meses					R\$	613.074,75

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que assim garante-se a economicidade e garantia de suporte contínuo., sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.**

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Para os devidos fins, declaro que o objeto da presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual relativo ao exercício de 2026, considerando o disposto na Resolução SAP nº 128, de 26 de dezembro de 2024, que promoveu a estruturação e reorganização administrativa da Polícia Penal. Assim, a presente contratação será realizada em observância ao artigo 15 das Disposições Transitórias do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, com justificativa da Autoridade Competente.

## 3. Descrição da solução como um todo

3.1. A solução de que trata o objeto constitui-se em serviços a serem prestados por empresa especializada no gerenciamento de manutenção de frota, cuja principal funcionalidade é a gestão e assessoramento de todas as etapas do processo de reparação automotiva, seja de natureza corretiva, preventiva, detectiva ou preditiva, por meio

de um controle gerencial vinculado a uma ampla rede de estabelecimentos credenciados, com a disponibilização de equipe técnica pela CONTRATADA, para a efetiva execução e fiscalização dos serviços de manutenção da frota dos veículos automotores oficiais pertencentes ao Complexo Penal II de São Paulo.

3.2. Dessa forma, o serviço de gerenciamento da manutenção de frota veicular a ser contratado abrange a disponibilização dos seguintes itens, com as respectivas especificações:

3.2.1. sistema informatizado e integrado de gestão que possa compartilhar informações e receber banco de dados dos sistemas da Polícia Penal e que permita o registro dos dados de cada veículo, como, por exemplo, prefixo, placa, marca e modelo, entre outros, assim como senhas individuais aos usuários, fiscais e gestores. Ademais, deverá ser apto à emissão de relatórios a fim de suprir e assessorar as rotinas administrativas internas, tais como Registro gerenciais Individual de Viaturas DMGVO (Demonstrativo de Gastos de Veículos Oficiais);

3.2.2. equipe técnica especializada na gestão de manutenção automotiva;

3.2.3. rede credenciada de oficinas e estabelecimentos do setor de reposição automotiva, que serão responsáveis pela manutenção da frota de veículos pertencentes à CONTRATANTE;

3.2.4. disponibilização de serviços de transporte de veículo inoperante, por guincho ou plataforma, no regime ordinário (durante o horário comercial) e também socorro 24 horas, cuja execução se dará pela rede de estabelecimentos credenciados pela empresa CONTRATADA.

3.3. a **manutenção** apresenta-se como o conjunto de serviços com o intuito de manter a frota de veículos em boas condições de uso, dentro dos limites econômicos, de forma que a sua, **imobilização seja mínima** cuja execução se dará por parte dos estabelecimentos credenciados, após aprovação prévia do CONTRATANTE, abrangendo todas as áreas e especialidades automotivas afetas à integridade dos veículos, como as manutenções ***detectivas, preventivas, corretivas, preditivas, assim como a avaliação e diagnose, desmontagem e montagem, retificação, reparação, restauração, funilaria, reposição, grafismo, conservação, entre outros.***

3.3.1. **manutenção detectiva:** é uma ação de investigação e tem por objetivo encontrar falhas que não estão visíveis às equipes de operação e manutenção. Também conhecida como manutenção proativa, possui o intuito de prever as falhas antes de elas acontecerem, a fim de garantir a segurança e bom funcionamento do veículo. É realizada para testar o uso a longo prazo do automóvel e garantir uma ótima operação, de modo que todos os itens são testados em funcionamento;

3.3.2. **manutenção preventiva (ou programada):** é aquela efetuada em intervalos predeterminados ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento do veículo e suas adaptações;

3.3.3. **manutenção corretiva:** é aquela efetuada após a ocorrência de uma pane, destinada a recolocar o veículo e suas adaptações em condições de executar uma determinada função;

3.3.4. **manutenção preditiva:** é aquela que tem por objetivo analisar o estado dos equipamentos, buscando indicar qual a vida útil de determinado equipamento ou peça, a fim de prever um melhor aproveitamento do automóvel. No mais, visa identificar sinais de fadiga das peças que, em breve, podem apresentar problemas, para antecipar as falhas, como, por exemplo, a troca de óleo e de pastilhas, alinhamento e balanceamento e calibragem de pneus.

3.4. por se tratarem de veículos de transporte de presos e conduzidos por policiais penais, os serviços necessários à manutenção automotiva deverão abranger todos os sistemas mecânicos e eletrônicos do veículo, além de suas respectivas adaptações, como, por exemplo, sistemas luminosos, sonoros, guarda-presos, suportes para fixação de equipamentos e materiais bélicos, grafismos, blindagens, tacógrafos, entre outros.

3.5. Concluídos os serviços contratados, deverá o fornecedor entregar todas as peças e acessórios substituídos, mesmo que inaproveitáveis, com indicação clara e segura, por meio de acondicionamento resistente, com etiqueta, constando a identificação do veículo, o número da Nota de Empenho e da Nota Fiscal.

3.6. Deverá também entregar as embalagens das peças e acessórios de reposição originais aplicadas nos veículos.

3.7. Após o recebimento das peças e acessórios substituídos, a administração ficará encarregada de dar a destinação corretas aos materiais, sendo encaminhados ao Fundo Social de São Paulo FUSP, por força das seguintes legislações:

3.7.1. [DECRETO N° 50.179, DE 07 DE AGOSTO DE 1968](#), que dispõe sobre o arrolamento, classificação e destinação de material excedente e dá outras providências;

3.7.2. [DECRETO N° 50.857, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1968](#), que alterou a redação do [Decreto nº 50.179, de 07 de agosto de 1968](#);

3.7.3. [DECRETO N° 27.041, DE 29 DE MAIO DE 1987](#), que dispõe sobre doação de materiais inservíveis ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo FUSSESP; [DECRETO N° 27.163, DE 10 DE JULHO DE 1987](#), que alterou o Decreto nº 27.041, de 29 de maio de 1987;

3.7.4. [DECRETO N° 64.071, de 09/01/2019](#), que altera o [Decreto nº 59.103, de 18 de abril de 2013](#), que dispõe sobre o Regulamento do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, atualmente denominado Fundo Social de São Paulo - FUSSP

## 4. Requisitos da contratação

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.2. A empresa contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas na Instrução Normativa SLTI/MP N° 01, de 19 de janeiro de 2010; da Resolução CONAMA N° 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA N° 416, de 30 de setembro de 2009, bem como da Resolução CONAMA N° 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

4.3. A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

### Redução das emissões de poluentes

4.4. A manutenção preventiva e corretiva adequada dos veículos garante melhor eficiência do motor, reduzindo o consumo de combustível e, conseqüentemente, a emissão de gases de efeito estufa. Isso contribui diretamente para a mitigação das mudanças climáticas e para a melhoria da qualidade do ar.

### Uso racional de recursos naturais

4.5. A gestão eficiente da frota permite otimizar o uso de insumos como combustíveis, lubrificantes e peças de reposição. Além disso, a reutilização e reciclagem de materiais (como óleo, pneus e baterias) diminui o desperdício e a exploração excessiva de recursos naturais.

### Destinação ambientalmente correta de resíduos

4.6. A atividade de manutenção gera resíduos perigosos, como óleos usados, filtros e componentes contaminados. A adoção de práticas adequadas de coleta, armazenamento e descarte evita a contaminação do solo e da água, atendendo à legislação ambiental e reduzindo impactos ambientais.

### Aumento da vida útil dos veículos

4.7. A manutenção adequada prolonga a vida útil da frota, reduzindo a necessidade de fabricação de novos veículos, o que envolve alto consumo de energia e matérias-primas. Isso contribui para um ciclo de produção mais sustentável e menor geração de resíduos industriais.

### Indicação de Marcas e Modelos

4.8. A indicação de marcas ou modelos não se aplica à presente contratação, uma vez que o objeto consiste na prestação de serviços, e não na aquisição de bens.

## Necessidade da Contratação

4.9. A implantação de um serviço de gerenciamento de manutenção mecânica, aliado ao serviço de plotagem e adesivagem automotiva para a frota de veículos pertencentes ao Complexo Penal II de São Paulo, subordinado à Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo, mostra-se fundamental para assegurar a segurança no transporte de pessoas privadas de liberdade, em cumprimento às determinações judiciais. Além disso, garante a integridade dos policiais responsáveis pela condução desses veículos, promovendo ganhos relevantes em segurança pública, eficiência na gestão de recursos e na padronização da identidade visual da Polícia Penal, fortalecendo a imagem institucional perante a sociedade e contribuindo para a transparência administrativa.

4.10. A centralização dos serviços em uma mesma contratação, porém com itens diferentes para suprir as necessidades de cada veículo, proporciona uma maior eficiência à administração, ou seja, nesta ferramenta é permitido o gerenciamento de todos os gastos, de cada veículo que compõe a subfrota, promovendo o controle mais adequado e efetivo das manutenções, tendo em vista o desgaste natural de peças e acessórios, mantendo os bens em perfeitas condições de uso para que os servidores e policiais penais possam desempenhar suas funções com segurança.

4.11. É importante ressaltar que os veículos desta subfrota são conduzidos por Policiais Penais que transportam especificamente, reeducandos para diversas localidades a fim de cumprirem mandados judiciais, custódias e transferências, sendo que, a ausência de manutenção corretiva e, principalmente, a preventiva expõe os usuários a riscos de acidentes, assim como a execução do serviço de plotagem nos veículos oficiais é de extrema importância para a identificação clara e imediata, transparência pública, organização da frota e divulgação da marca da Polícia Penal do Estado de São Paulo.

4.12. É importante destacar que a falta de manutenção preventiva nos veículos impacta negativamente a Administração. Quando os veículos não recebem os cuidados periódicos necessários, passam a funcionar de maneira inadequada, o que causa a deterioração prematura de peças e componentes. Como consequência, os gastos com reparos corretivos aumentam, gerando um ônus financeiro maior para a Administração.

4.13. É importante destacar que a manutenção dos veículos deve ser realizada tanto na capital, São Paulo, quanto em diversas cidades do Estado, considerando que os Policiais Penais que operam esses veículos percorrem diferentes regiões durante o transporte de sentenciados. Diante de situações inesperadas em trajetos variados, torna-se fundamental contar com uma rede de suporte que garanta a realização de manutenções rápidas e eficazes em múltiplas localidades.

4.14. A decisão na escolha por este modelo de contratação considera as vantagens decorrentes da melhoria da gestão das despesas relacionadas à subfrota de veículos, gerando expectativas de redução de custos que envolvam manutenção, bem como um maior controle dos gastos por meio de relatórios gerenciais e da possibilidade de definir parâmetros de utilização e restrições diferenciadas relacionadas aos veículos e usuários. Outro motivo que ensejou a escolha é o fato do gerenciamento da manutenção proporcionar melhor gestão dos recursos, vasta rede credenciada que possibilita a negociação dos preços, gerando a concorrência entre os credenciados e atendimento em diversas localidades. Além disso, o Gerenciamento da Manutenção é uma tendência de crescente utilização, tanto na iniciativa privada, como em órgãos públicos do Poder Executivo, na administração direta e indireta, por consequência das inúmeras vantagens que o serviço oferece.

4.15. Promove facilidade no acesso às informações gerenciais disponibilizadas por meio eletrônico, através de um sistema informatizado e integrado, bem como a possibilidade de acompanhamento on-line das transações, autorizações, relatórios, extratos e alterações de parâmetro.

4.16. Ressalta-se que poderão ocorrer alterações na composição da subfrota ao longo da vigência contratual, incluindo a aquisição de novos veículos pela Pasta ou a substituição daqueles que forem desativados, redistribuídos, sinistrados ou que atendam a outras necessidades operacionais. Tais ajustes têm como objetivo garantir a continuidade e a adequação da prestação dos serviços, sem afetar o valor estimado da contratação, que foi definido com base em critérios técnicos e quantitativos representativos da frota e de sua margem de variação previsível.

## Tipos de Serviço desta Contratação

4.17. **Manutenção preventiva:** e regular de revisões e serviços, garantir as melhores condições de desempenho dos veículos, no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança e minimização dos custos ou quebra

inesperados, assim como prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, falhas, desempenho menor que o esperado ou mesmo na paralisação do veículo.

**4.18. Manutenção Corretiva:** Visa tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado em decorrência de defeitos, bem como reparar pequenas avarias e falhas nas condições de funcionamento do bem.

**4.19. Do Serviço de Plotagem:** Tem por objetivo a identificação visual, padronização e proteção dos veículos que compõem a frota da instituição. A aplicação de adesivos institucionais visa garantir maior visibilidade, legitimidade e segurança na atuação dos servidores públicos, especialmente durante atividades externas. A execução do serviço deverá obedecer às especificações técnicas e padrões de identidade definidos pela instituição, utilizando materiais de qualidade e durabilidade compatíveis com o uso contínuo e exposição às condições climáticas, de acordo com o Manual de Marca da Polícia Penal de integra essa contratação.

**4.20. Da prestação de serviços:** Os serviços deverão ser realizados por profissionais qualificados em condições e instalações técnicas adequadas, de acordo com sua especialidade, objetivando a realização dos serviços com a eficiência desejada e com garantia mínima, a ser estabelecida em função do serviço que se realizar ou da peça substituída, conforme critérios usuais de mercado. A Oficina credenciada constará em seu orçamento a relação de peças, componentes e materiais a serem trocados, o custo e a quantidade de hora(s) para a avaliação da CONTRATANTE. A CONTRATANTE analisará os respectivos custos e a conveniência da execução total ou parcial da prestação do serviço, levando em conta o melhor custo benefício. Após esse exame, se conveniente, a CONTRATANTE autorizará formalmente a oficina credenciada a executar os serviços e/ou parte dos serviços que julgar apropriado.

### Serviços Compreendidos

**4.21. Mecânica em geral:** carburação e/ou bomba injetora (rolamento, bico, junta, válvula, haste da bomba, palheta de pressão) e refil, injeção, velas, bomba e bicos injetores, sistema de freios (pastilha, disco de freio, sapata, tambor de freio, cabo de freio de estacionamento, trava do pino de fixação da sapata, pinça de freio, cilindro mestre, cilindro auxiliar, lona de freio com ou sem patins, pedal, servo do freio, válvulas, catraca, lanterna do freio, sensor de velocidade, conjunto do freio traseiro e dianteiro, válvula distribuidora) e embreagem (atuador do rolamento de embreagem, conjunto de embreagem, haste do cilindro auxiliar, cilindro mestre e auxiliar de embreagem, platô, disco, braço da suspensão, rolamento, acionador do pedal, servo de embreagem, placa de embreagem), suspensão, rolamento axial, pivô do braço pittmann, braço da suspensão traseira e dianteira, amortecedor, bucha da suspensão dianteira e traseira, mola de suspensão dianteira e traseira, haste da barra estabilizadora, batente da suspensão, coxim), cardan (cruzeta da árvore de transmissão, eixo e rolamento do cardan, mancal, reparo do mancal, retentor), marcador de combustível, e todos os outros serviços afins, incluindo as trocas de óleo lubrificantes e outros.

**4.22. Higienização:** Processo de remoção de sujeiras e impurezas com produtos especificamente desenvolvidos para cada parte do veículo. Inclui limpeza a seco, ou a vapor, de todo o interior do carro/caminhão: teto, carpetes, forros de portas, painel, cintos de segurança, bancadas e volante. A higienização visa remover os odores, insetos, contaminação, ácaros e toda a sujeita que se acumula no automóvel.

**4.23. Lanternagem:** Consiste nos serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias, solda em geral e todos os outros serviços afins;

**4.24. Pintura/ Estufa:** Consiste nos serviços de pintura automotiva externa ou interna, com polimento, enceramento e /ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida e todos os outros serviços afins;

**4.25. Tapeçaria:** Consiste nos serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins;

**4.26. Sistema Elétrico:** Consiste nos serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros);

**4.27. Sistema Hidráulico:** Consiste nos serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias, solda em geral e todos os outros serviços afins.

**4.28. Borracharia Completa:** Consiste em remendos, em pneus com e sem câmara de ar, aquisição e troca de pneus, câmaras de ar, colocação de rodas, válvula de roda, calotas e todos os outros serviços afins.

4.29. **Balanceamento, Alinhamento, Cambágem e Cáster:** Consiste nos serviços de regulagem do sistema de rodagem do veículo e todos os outros serviços afins;

4.30. **Suspensão:** Consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barra de direção e todos os outros serviços afins;

4.31. **Instalação de Acessórios:** Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento ou segurança dos veículos, assim como, o conserto e instalação de acessórios de som, sensores de ré e hight light (sinalização sonora e visual da viatura) e afins;

4.32. **Vidraceiro:** Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borrachas dos vidros, substituição e instalação de películas automotivas, polimento dos para-brisas e todos os outros serviços afins;

4.33. **Ar condicionado:** Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos, filtros de cabine/pólen e todos os outros serviços afins;

4.34. **Plotagem e Adesivagem:** Consiste na adequada caracterização dos veículos oficiais, incluindo serviço Plotagem e Adesivagem automotiva completa com os símbolos e cores da Polícia Penal, conforme discriminado no Manual de Marca da Polícia Penal 2025;

4.35. **Guincho e outros serviços:** Consiste no serviço de remoção por guincho, reboque ou plataforma em caso de pane ou impossibilidade de deslocamento por qualquer motivo.

4.36. A CONTRADADA deverá informar a CONTRATANTE, via sistema, o prazo de conserto do veículo, a relação dos serviços (mão de obra) e as peças necessárias para execução do mesmo.

4.37. Reparos advindos de sinistros (seguros) ficam inclusos neste rol de serviços, podendo alguns serem realizados avaliando a conveniência, a vantajosidade e a economicidade.

4.38. O valor dos serviços, peças, componentes e materiais serão informados quando da elaboração dos orçamentos pelas oficinas cadastradas no sistema via WEB, para análise e aprovação do serviço pela CONTRATANTE.

4.39. A manutenção deverá ocorrer, de acordo com o tempo padrão de manutenção, mencionada no orçamento realizado e enviada para aprovação da CONTRATANTE.

4.40. Fica reservado a CONTRATANTE através do seu gestor e fiscais o direito de:

- Realização de outros orçamentos em oficinas credenciadas e novo credenciamento caso necessário;
- Negociação de redução de custos junto à oficina credenciada que fez o primeiro orçamento onde se encontra o veículo;
- Caso a oficina credenciada que fez o primeiro orçamento não concorde com a redução dos custos apresentados, a CONTRATANTE remanejará de imediato, sem ônus, o veículo para a oficina que apresentou o orçamento de menor valor;
- Os serviços só poderão ser executados após a aprovação da CONTRATANTE;

4.41. A aprovação mencionada no item anterior deverá ser realizada, obrigatoriamente, pelo (s) fiscal(is) alocado(s) no Complexo Penal II de São Paulo, e, em seguida, pelo Gestor do Contrato, vinculado ao Serviço de Infraestrutura e Logística, igualmente situado no Complexo Penal II de São Paulo.

### **Obrigações e responsabilidade da contratada**

4.42. Responsabilizarem-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los.



4.43. Responsabilizar-se pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados, decorrentes dos serviços efetivamente realizados, ficando claro que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

4.44. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;

4.45. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

4.46. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento;

4.47. Designar preposto para representar a CONTRATADA na execução do Contrato;

4.48. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem quaisquer custos adicionais, cartões magnéticos ou cartões com microprocessador para cada veículo devidamente cadastrado e informado pela CONTRATANTE, incluindo situações de perda, extravio, substituição ou inclusão de novos veículos na subfrota. Alternativamente, caso a CONTRATADA adote sistema distinto operado via internet, este deverá ser de fácil acesso, assegurando plena funcionalidade para cadastramento e gestão completa dos dados de todos os veículos.

4.49. A CONTRATADA ministrará treinamento objetivando a capacitação de pessoal para todos os condutores, gestor e fiscais envolvidos na utilização do Sistema;

4.50. A CONTRATADA deverá descredenciar as oficinas que eventualmente tiverem suspenso o cadastro do ICMS relacionados em publicação no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", nos termos da [Lei Estadual nº. 11.929, de 12 de abril de 2005](#);

4.51. Não credenciar e/ou descredenciar a oficina que esteja sancionada pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e Secretaria Estadual de Meio Ambiente, CETESB;

4.52. Em caso de descredenciamento, a CONTRATADA deverá providenciar o cadastro de novo estabelecimento, no mesmo raio em que se encontrava a oficina descredenciada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

4.53. Comunicar à CONTRATANTE, quando da transferência e/ou retirada e substituição de oficinas credenciadas.

4.54. Atender, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de oficinas não qualificadas ou entendidas como inadequadas para a prestação dos serviços.

4.55. Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do Contrato.

4.56. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente à CONTRATANTE, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

4.57. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela CONTRATANTE, por meio de pessoa devidamente credenciada ou preposto designado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados.

4.58. Fiscalizar o recolhimento dos tributos incidentes sobre a operação de manutenção, a cargo dos estabelecimentos credenciados;

4.59. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.

4.60. Substituir os cartões magnéticos defeituosos ou danificados, ou substituir/corrigir qualquer outra forma de singularizar cada veículo, para a contratante, sempre que solicitado.

- Caso a CONTRATADA utilize cartões magnéticos, substituir sempre que solicitado sem custos para a Administração.
- Alternativamente, na hipótese de adoção de sistema distinto operado via internet, em caso de indisponibilidade, deverá ser assegurado suporte imediato à CONTRATANTE.

### **Das integrações dos sistema**

4.61. A CONTRATADA deverá disponibilizar no sistema WEB, ferramenta para a importação das informações referentes aos serviços, para o Sistema de Administração de Frota (SAF), para transmissão destas informações mensalmente deste Complexo Penal II de São Paulo composto por 30 (trinta) veículos.

### **Do treinamento do gestor de fiscais**

4.62. A CONTRATADA deverá oferecer, sem ônus para a CONTRATANTE, programa de capacitação de pessoal aos condutores, ao gestor e fiscais envolvidos na utilização do sistema, incluindo:

- Operações de Cadastramento, parametrização dos limites de crédito por veículo;
- Operações de cadastramento dos usuários e veículos;
- Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios;
- Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;
- Aplicação prática do Sistema.

### **Obrigações e responsabilidade da contratante**

4.63. Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações da CONTRATANTE:

- Fornecer à CONTRATADA, após a assinatura do Contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos e condutores;
- Expedir a Ordem de Serviço para a execução dos reparos a serem realizados nos veículos;
- Indicar, formalmente, o gestor e fiscais para acompanhamento da execução contratual no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato;
- Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, verificando se, no desenvolvimento dos trabalhos, estão sendo cumpridos os serviços e especificações previstas no Edital e Termo de Referência, Proposta e Contrato de forma satisfatória, e documentando as ocorrências;
- Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao encarregado da CONTRATADA e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;
- Prestar à CONTRATADA e a seus representantes e funcionários, todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- Convocar a CONTRATADA para reuniões, sempre que necessário;
- Responsabilizar-se pela conferência da execução dos Serviços e da correspondente Nota Fiscal de cada transação efetuada;
- Encaminhar a liberação de pagamento das Notas Fiscais da prestação de serviços aprovadas, correspondentes aos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, no prazo pactuado, mediante as Notas Fiscais /Faturas, devidamente atestadas, comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e endereço de cobrança;
- Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações dele.
- O serviço de guincho será responsabilidade da CONTRATADA.

### **Fiscalização/Controle da execução dos serviços**

4.64. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados. Para isso:

- A fiscalização da CONTRATANTE terá livre acesso aos locais de execução do serviço;
- A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também:

- Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica.
- Executar a medição dos serviços contratados, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em Contrato.

### Cronograma de implantação

4.65. O cronograma de implantação da prestação de serviço deverá ser conforme o quadro abaixo, considerando os prazos a partir da assinatura do Contrato:

SERVIÇO	PRAZO DE IMPLANTAÇÃO
Cadastramento dos veículos ou equipamentos e condutores/ usuários no Sistema de Gestão da Contratada	10 dias
Confecção e fornecimento dos cartões Individuais e condutores/ forma de singularizar os veículos, ou Alternativamente, na hipótese de adoção de sistema distinto operado via internet	10 dias
Fornecimento à Contratante dos dados cadastrais da rede de oficinas credenciados;	10 dias
Treinamento dos condutores, gestor e fiscais da subfrota;	10 dias
Gestão de Manutenção: Credenciamento das oficinas necessárias para o atendimento;	Toda a rede deve ser credenciada no prazo máximo previsto de até 10 dias corridos contados da data da formalização do Contrato.  Caso a Empresa não tenha oficina no interior à distância de 80 km de um município ao outro, deverá cadastrar no mínimo 01 (uma) no prazo de 10 (dez) dias.
Plotagem e adesivagem	

4.66. O processo de implantação do Sistema pela CONTRATADA compreende as seguintes atividades:

- Cadastramento dos veículos
- Cadastramento dos usuários
- Definição da logística de oficinas credenciadas
- Preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;
- Fornecimento à CONTRATANTE dos dados cadastrais da rede de postos credenciados;
- Treinamento do gestor e fiscais
- Fornecimento dos cartões para os veículos;

## Resultados esperados

4.67. Os resultados esperados com a implantação e operação do sistema AUTO GESTÃO e plotagem são:

- Redução de despesas com manutenção, através de controles dinâmicos e eficazes;
- Redução de despesas administrativas relativas à sub frota (coleta de dados, digitação, emissão de faturas, controles, espaço físico, pessoal, papelório);
- Flexibilidade do sistema de Gestão por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados;
- Evolução dos controles, veracidade das informações, redução do tempo de compilação e facilidade na análise de dados;
- Obtenção de informações sobre os serviços executados em tempo hábil para tomada de decisões corretivas;
- Melhoria do gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva através do controle de quilometragem e consumo por veículo;
- Redução de gastos inadequados através da utilização de relatórios de exceção;
- Redução considerável de dispensas de licitação para o pagamento das manutenções de revisão e correção;
- Manutenções mecânicas, preventivas e corretivas com fornecimento de peças, após autorização do CONTRATANTE;
- Agilidade nos procedimentos de manutenções, com prazo para execução dos serviços;
- Gerenciamento de todas as manutenções através de processo único, unificando as manutenções de todos os veículos da subfrota;
- Obtenção de informações de todos os veículos da subfrota em tempo hábil para o levantamento de dados através dos relatórios gerenciais facilitando a obtenção de informações e, por conseguinte, a tomada de decisão;
- Centralização de toda a atividade de manutenção de veículos do CONTRATANTE, evitando licitações esparsas;
- Melhor qualidade nos serviços realizados, com oficinas e pessoal capacitados;
- Transparência na Gestão e na negociação com a rede credenciada pela CONTRATANTE, (autogestão), mediante informações disponibilizadas no sistema.
- Adequação da frota veicular conforme Manual de Marcas da Polícia Penal.

## Garantia da contratação

4.68. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## Vistoria

4.69. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, devendo as oficinas credenciadas dar o fiel cumprimento das exigências contidas neste presente Termo.

## 5. Modelo de execução do objeto

### Condições de execução

5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar Sistema Informatizado e Integrado de Gestão que interligue a rede credenciada, a equipe especializada de apoio e o órgão contratante, em ambiente seguro, acessível e operado via web (internet), que possua entre seus atributos funcionalidades que permitam o acompanhamento e controle do serviço de manutenção corretiva e o planejamento das manutenções preventivas dos veículos da subfrota oficial.

5.2. A solução tecnológica fornecida e implantada pela CONTRATADA deverá:

- Constituir-se em um sistema de gestão para acompanhamento das manutenções de veículo e equipamentos, baseado na utilização de cartão de pagamento e controle (magnético ou micro processado), que deverá ser aceito na rede de oficinas credenciadas pela empresa CONTRATADA ou Alternativamente, na hipótese de adoção de sistema distinto operado via internet;
- Constituir-se em uma ferramenta de controle e gestão dos serviços de manutenções, bem como, um meio de pagamento dos produtos e serviços fornecidos pelos prestadores que integrem a rede credenciada;
- Garantir a segurança e a integridade de todas as informações obtidas por ocasião das manutenções realizadas na rede credenciada;
- Dispor de um software de gestão do serviço de manutenção, que possibilite, por meio de acesso via internet (on-line), que os usuários previamente cadastrados e autenticados por meio de senha individual (gestor), possam acessar a base de dados com o objetivo de estabelecer parâmetros operacionais para, realizar consultas, obter relatórios gerenciais, solicitar novos cartões, credenciar e/ou descredenciar veículos e condutores, realizar a manutenção de cadastros, dentre outras funcionalidades;
- Permitir que todas as alterações realizadas on-line, por meio do software de gestão, em especial aquelas definidas no item “Funcionalidades específicas do sistema de gestão da manutenção”, sejam processadas e validadas em tempo real, produzindo efeitos imediatos;
- Por ocasião de cada operação, capturar e efetuar o registro informatizado de todos os dados referentes àquele procedimento, integrando-os em uma base de dados permanente e constantemente atualizada, para, em seguida, que serão por meio do software de gestão, transformá-los em informações gerenciais, analíticas e financeiras, disponibilizadas ao gestor da subfrota, para subsidiar a tomada de decisão;
- Por ocasião de cada procedimento realizado na rede credenciada, validar o procedimento e registrar todas as informações necessárias para o posterior pagamento da peça ou serviço executado; Permitir, em caso de falhas situações adversas, como falta dos equipamentos periféricos ou dos cartões, ou ainda, diante da ocorrência de de energia elétrica, falhas de conexão, dentre outras, a adoção de procedimento contingencial, que garanta a informações necessárias para o controle e a gestão das realização do procedimento requerido e a obtenção das operações realizadas, além de não comprometer a continuidade das atividades operacionais dos veículos da subfrota da Unidade Prisional.

5.3. Os registros das informações referentes às manutenções serão realizados por meio de equipamentos periféricos específicos para leitura e gravação de dados na rede de serviço credenciada.

5.4. Os diferentes níveis de acesso ao software de gestão definirão os direitos e atribuições do gestor da subfrota, de acordo com o perfil hierárquico-administrativo e operacionais.

5.5. A empresa contratada deverá disponibilizar um cartão ou outra forma de singularizar cada veículo da subfrota que será identificado com a logomarca do Governo do Estado de São Paulo e com os dados individuais de cada viatura.

5.6. Durante a execução de qualquer transação realizada na rede credenciada, cada condutor deverá ter sua identificação validada por meio de matrícula e senha individual, não se admitindo a realização de qualquer intervenção sem que haja a plena identificação do veículo e seu respectivo condutor.

5.7. Caberá à empresa contratada, a responsabilidade pela solução técnica que identifique o condutor e o veículo no ato da prestação do serviço, com agilidade e segurança. Eventuais transações não autorizadas (protegidas), bem como, aquelas realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos deverão gerar relatórios de inconsistências.

5.8. As tentativas de realização de transações protegidas e as inconsistências registradas deverão ser informadas em tempo real ao Serviço de Infraestrutura e Logística do Complexo Penal II de São Paulo.

5.9. Os parâmetros poderão ser definidos com caráter restritivo, que impeçam a realização de serviço (transações protegidas) ou outros com caráter informativo, que apenas alertam o gestor da subfrota quando ocorrerem situações predefinidas, sem, contudo, restringir a realização dos serviços (inconsistências).

5.10. O sistema deverá permitir a possibilidade de alteração de determinados parâmetros, pelo respectivo gestor, em tempo real, por meio de acesso ao software de gestão, a fim de não comprometer o serviço e a operacionalidade do veículo.

5.11. A realização, pela rede credenciada, a prestação de serviços de quaisquer naturezas, sem a devida cobertura de crédito, por inobservância dos parâmetros estabelecidos, será de total responsabilidade da empresa CONTRATADA.

### Processos Operacionais

5.12. O software de gestão deverá permitir o acompanhamento de todas as ações relativas à realização da manutenção, tais como:

- Análise comparativa entre os orçamentos registrados para subsidiar a tomada de decisão pelo gestor da subfrota;
- Aprovação parcial, total ou reprovação dos orçamentos por parte do Fiscal localizado no Complexo Penal II de São Paulo de subfrota e/ou Gestor de subfrota do Núcleo de Infraestrutura e Logística do órgão contratante, através de senha pessoal e intransferível;
- Criação de Ordens de Serviço, relativas às manutenções aprovadas;
- Aviso da finalização da manutenção ao gestor de subfrota do órgão por meio de alerta em sistema ou e-mail;
- Registro da data de retirada do veículo do local onde foi efetuada sua manutenção, que deverá conter, pelo menos, a data da retirada e o nome do condutor para o qual o veículo foi devolvido;

5.13. Cada manutenção somente será liberada após validação dos requisitos pré-definidos, sendo estes, no mínimo, a identificação do veículo, a identificação do condutor que entregou o veículo e a aprovação do orçamento pelo gestor da subfrota do órgão contratante, que também deverá ser identificado pelo sistema.

5.14. Somente após a aprovação e autorização da manutenção, esta deverá ser iniciada pelo estabelecimento. Somente após a finalização da manutenção e retirada do veículo pelo órgão/entidade CONTRATANTE, o mesmo veículo poderá realizar manutenções em outro estabelecimento.

5.15. O estabelecimento da rede credenciada onde for levado o veículo deverá recebê-lo, inspecioná-lo e emitir orçamento por meio do sistema de gestão, obedecendo aos prazos apresentados na Tabela abaixo:

Tipo de Orçamento	Manutenção Preventiva/Corretiva
Veículos Leves	Até 48 horas
Veículos Utilitários	Até 48 horas
Veículos Pesados	Até 72 horas
Troca de Pneu/alinhamento e Balanceamento	
Todos os veículos	Até 24 horas

5.16. Os dados registrados no sistema relativos a todas as manutenções aprovadas ou reprovadas, inclusive os itens dos orçamentos, das cotações e aprovações (dados do gestor que aprovou o serviço) devem ser coletados e armazenados pelo sistema, em base de dados permanentes, centralizada e constantemente atualizada e estar disponíveis para consultas e emissão de relatórios.

5.17. O gestor da Unidade subfrotista deverá aprovar e ter acesso às informações das manutenções de todos os veículos de seu órgão/entidade, e poderá estabelecer limites de alçada aos fiscais, bem como cotas financeiras para veículos.

5.18. O acesso do gestor e fiscais ao sistema deverá ser feito por meio de login e senha individual com armazenamento criptografado.

5.19. Deverá ser possível ao gestor da sub frota estabelecerem, via sistema, cotas financeiras mensais para a unidade do órgão e/ou para o veículo, individualmente. A alimentação da cota poderá ser feita manual ou automaticamente a cada mês e os valores destas cotas poderão ser alterados e redistribuídos, de acordo com a necessidade do contratante, tudo isto devidamente justificado.

5.20. O sistema deverá possuir função de apoio ao usuário (Help Desk), possibilitando a obtenção de informações e orientações sobre suas funcionalidades.

### **Relatórios extraídos do sistema de gerenciamento**

5.21. Os relatórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão conter, no mínimo, as seguintes informações acumuladas a partir da contratação dos serviços:

- Histórico de manutenção de veículo - valor das peças, valor da mão de obra, valor total do serviço, placa, estabelecimento, garantias de peça e mão de obra, quantidade de peças e total de hora mão de obra, (todos com valor unitário e total).
- Ordem de serviço cadastrada;
- Comparativo do valor negociado na OS;
- Interface digital - OFICINA X CLIENTE;
- Orçamento eletrônico;
- Registro de garantia de peças/serviços;
- Histórico dos orçamentos;
- Histórico da manutenção dos veículos;
- Relatórios de custos por modelo/centro de custo;
- Relatório de custos por departamento;
- Comparação de orçamentos para análise de histórico;
- Relatório contendo grupo de peça/peça, Mão De obra/hora por grupo, horas de execução, custo por peça, tabela de referência de tempo;
- Cotação On-line - transparência nos dados e informações, velocidade na operação, automatização do processo;
- Cadastro do veículo;
- Composição da sub frota e idade média;
- Limites estabelecidos previamente para cada veículo;
- Cadastro de usuários por veículo;
- Relatório de inconsistências;
- Relação de estabelecimentos de manutenção credenciados;
- Relatório de operação de manutenção;
- Utilização de peças e serviços por estabelecimentos;
- Tempo de imobilização por veículo;
- Custos por grupo de manutenção - veículo;
- Custos e quantidade por tipo de manutenção - veículos;
- Veículos x manutenção preventiva;
- Pesquisa no sistema - garantia de peças e serviços;
- Pesquisa no sistema - preços de peças e serviços;
- Custos por km e indicadores - veículos.

5.22. Todos os relatórios devem ser gerados mensalmente permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

### **Rede de credenciados**

### **Disposições gerais**



5.23. A rede credenciada é constituída pelo conjunto de estabelecimentos que formam a cadeia de serviços compatíveis com o objeto deste Edital e Termo de Referência, regularmente constituídos e inscritos nos órgãos de fiscalização e controle próprios de cada ramo de atuação, previamente selecionados pela empresa prestadora do serviço de gerenciamento da sub frota e disponibilizados via sistema.

5.24. A empresa contratada deverá disponibilizar e manter em pleno funcionamento, durante toda a vigência do Contrato, uma rede de estabelecimentos de reparação automotiva, formada por oficinas mecânicas, centros automotivos ou concessionárias, para a execução do serviço de manutenção preventiva e corretiva da frota de viaturas policiais, observada a quantidade mínima de estabelecimento e a localização definida pela Contratante, bem como, serviços de assistência em situações de emergência, como serviço de reboque/guincho, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

5.24.1. a manutenção em concessionárias será obrigatória para os veículos automotores que estiverem dentro do prazo de garantia conforme marcas e quantidades descritas na planilha abaixo e opcional para os demais casos;

Marca	Modelo	Ano	Quantidade
GM	6-100	2000	1
IVECO	DAILY 7012	2004	1
HYUNDAI	HD 80	2021	1
HYUNDAI	HD 80	2021	1
HYUNDAI	HD 80	2021	1
HYUNDAI	HD 80	2021	1
RENAULT	MASTER MAR TPRED	2022	1
CITROEN	JUMPER	2014	1
CITROEN	JUMPER GREE	2021	1
FIAT	DUCATO C ROTAN	2013	1
IVECO	DAILY 55C16	2007	1
FORD	CARGO 816S	2017	1
FIAT	DUCATO CARGO	2011	1
IVECO	DAILY 55C16	2007	1
RENAULT	MASTER MAR TPRED	2020	1
FORD	CARGO 816S	2018	1
CITROEN	JUMPER	2019	1
IVECO	DAILY 70C17 HDCS	2012	1
RENAULT	MASTER MAR TPRED	2016	1
FIAT	IVECO DAILY	2007	1
CITROEN	JUMPER	2012	1
VW	8.150 E DELIVERY	2008	1
IVECO	DAILY 55C16	2007	1
IVECO	DAILY 55C16	2007	1
FORD	CARGO 816S	2015	1
FORD	CARGO 816S	2015	1
FORD	CARGO 816S	2015	1
GM	S10 LS DS4	2014	1
RENAULT	MASTER MAR TPRED	2017	1
FORD	CARGO 816S	2017	1
TOTAL DE VEÍCULOS			30

5.25. A CONTRATADA deverá cadastrar no mínimo 20 (vinte) oficinas em São Paulo capital e caso a empresa contratada não possua estabelecimentos credenciados em alguns municípios do interior do Estado de São Paulo, a distância máxima entre as oficinas credenciadas da rede deverá ser em áreas circunscritas num raio máximo de 80 km.

### **Critérios específicos para o credenciamento do Serviço de Manutenção**

5.26. O Prestador deverá cadastrar e manter uma rede credenciada de estabelecimentos do setor de reparo e distribuição de autopeças, formada por oficinas, borracharia, auto elétricas e afins, autorizadas a prestarem o serviço de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais, de segunda a sexta em horário comercial e aos sábados até às 14h.

5.27. Os estabelecimentos da rede credenciada devem atender às necessidades de manutenção da sub frota de veículos da CONTRATANTE em regime de:

- Assistência a uma ou a multimarcas de veículos;
- Assistência a uma ou mais categorias de veículo;
- Assistência a uma ou a várias especialidades, conforme necessidade do veículo.

5.28. Os estabelecimentos da rede credenciada devem ter estrutura adequada ao tipo de serviço prestado/peça comercializada e aos tipos de veículos atendidos, compreendendo:

- Dispor de ferramentas atualizadas para atendimento da sub frota da respectiva categoria de sua responsabilidade;
- Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção;
- Dispor de equipe técnica qualificada para realização dos serviços;
- Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças e componentes e demais materiais destinados à manutenção da sub frota de veículos da CONTRATANTE, nas suas instalações, independentemente ou não da marca do veículo;
- Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados;
- Devolver os veículos para a CONTRATANTE em perfeitas condições de funcionamento;
- Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela CONTRATANTE;
- Possuir equipamentos eletrônicos apropriados para aferições e regulagens de motores, balanceamentos e geometrias de rodas; equipamentos computadorizados para a leitura e o rastreamento de todo o sistema de injeção eletrônica; equipamentos ópticos ou computadorizados para alinhamento de direção; e ainda, equipamentos indispensáveis aos serviços de lanternagem;
- Possuir elevadores para veículos leves e/ou pesados;
- Possuir câmara para pintura de veículos, com capacidade para pintura de veículos leves e/ou pesados e em conformidade com as normas de segurança, qualidade e controle ambiental.
- Possuir equipamentos com recursos de tecnologia da informação que permitam o acesso ao sistema de gestão;
- Dispor de condições apropriadas para lubrificação de veículos.

5.29. O credenciamento de novos estabelecimentos, conforme a necessidade do Serviço de Infraestrutura e Logística poderá ser solicitada pelo gestor responsável.

5.30. As eventuais alterações ou mudanças dos estabelecimentos credenciados devem ser comunicadas imediatamente ao CONTRATANTE por escrito ou pelo sistema de gestão.

5.31. A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento à rede credenciada, decorrente dos serviços de manutenção efetivamente realizados, ficando registrado que o Complexo Penal II de São Paulo, não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

### **Do Fornecimento de Materiais**

5.32. O FORNECEDOR e/ou sua rede credenciada devem efetuar o fornecimento de peças, componentes, acessórios e materiais, Incluindo óleo lubrificante para motor e filtros de veículos do órgão contratante, em conformidade com as regras a seguir:

- Somente fornecer peças, componentes, acessórios e materiais após aprovação expressa do gestor da sub frota do Complexo Penal II de São Paulo. A aprovação deverá ser feita exclusivamente através do sistema de gestão.

5.33. O tipo de peça a ser utilizado em cada manutenção poderá ser definido pelo órgão CONTRATANTE junto à Oficina Credenciada, de acordo com sua política de manutenção, podendo:

- Utilizar peças preferencialmente genuínas ou originais nos reparos dos veículos da sub frota.
- Utilizar peças genuínas ou originais, de acordo com a indicação do Fiscal e/ou do Gestor do Contrato;
- Utilizar, extraordinariamente, em caráter de exceção e devidamente justificado, peças paralelas (1ª linha).
- 1 GENUÍNAS: seguem as mesmas especificações e características técnicas exigidas para a peça utilizada na Linha de montagem do veículo;
- ORIGINAIS: São aquelas que se apresentam como substitutas das peças genuínas.
- PARALELAS: Também conhecidas como peças alternativas ou paralelas, são feitas por empresas que desenvolvem os equipamentos para produzi-las.
- A autorização para o fornecimento de peças paralelas (1ª linha) será feita exclusivamente por meio do sistema de gestão pelo gestor da sub frota.
- As peças paralelas (1ª linha) deverão ter preços obrigatoriamente inferiores aos das peças originais, que por sua vez, deverão ter obrigatoriamente preços inferiores aos das peças genuínas, após a aplicação do desconto presente na proposta comercial final da vencedora da Licitação.
- É vedado o uso de peças originais e paralelas (1ª linha) nas manutenções em que seu uso implicar a perda da garantia de fábrica do veículo.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.34. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo

(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, *caput*).

### Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, §1º, e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

### Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

### Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021,

ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A medição dos serviços de gestão de manutenção será feita após o término de cada mês, a CONTRATADA deverá apresentar no mês subsequente à prestação dos serviços em referência, um relatório analítico de despesas, devidamente aprovado pela CONTRATANTE.

7.2. A Contratada deverá apresentar um relatório resumido contendo o valor gasto.

7.3. As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

7.4. No primeiro dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório analítico de despesas contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de peças e serviços realizados e autorizados e os respectivos valores apurados e aprovados pelo CONTRATANTE, contendo as seguintes informações:

- Identificação da oficina (Nome e Endereço);
- Identificação do veículo (marca, tipo, prefixo e placa);
- Hodômetro do veículo no momento da manutenção;
- Serviços executados;
- Peças substituídas;
- A data e hora da transação;
- Valor da operação; Identificação do servidor responsável pela autorização dos serviços (Nome e Registro Funcional).

7.5. A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da Nota Fiscal/Fatura.

7.6. Serão considerados somente os serviços efetivamente executados e apurados da seguinte forma:

- A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços, pela Taxa de administração "T" (%) na qual deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza.
- A remuneração da CONTRATADA será resultante da aplicação da Taxa de Administração (%) somada de uma unidade (conforme fórmula abaixo) ao efetivo montante total dos gastos incorridos pela CONTRATANTE com a utilização de serviços e reposição de peças no mês em referência, constante do relatório analítico de despesa, devidamente aprovado pela CONTRATANTE.

$$Pm = ( 1 + T ) \times G \div 100$$

Onde:

Pm = valor total do pagamento em um determinado mês;

T = taxa de administração;

G = gastos incorridos pela CONTRATANTE com a prestação de serviços da subfrota de veículos do mês;

7.7. O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irrevogável.

7.8. Os valores dos serviços e das peças adquiridas serão faturados de acordo com o menor preço à vista negociado diretamente com a oficina pelo CONTRATANTE com o fornecedor credenciado, através das ferramentas

de pesquisas oferecidas pelo sistema;

## Recebimento

7.9. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo 02 (dois) dias pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.10. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.11. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.12. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.13. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.14. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.14.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.14.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;



7.16.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.20.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.25. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos



órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.29. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.31.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

7.35. Não se aplica.

## **8. Forma e critérios de seleção e regime**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, nos termos do artigos 28, Inciso I da [Lei Federal nº 14.133/2021](#) sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO .

### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada **por preço unitário**.

## Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária** : inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#) ;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, nos termos da [Lei Complementar nº 214, de 2025](#) quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.20.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

### **Qualificação Técnica**

8.21. Registro ou inscrição do fornecedor na entidade profissional competente, em plena validade;

8.21.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.22. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.22.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.22.2. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstre(m) que a empresa prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto desta licitação;

8.22.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.22.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do (s) atestado (s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.23. Prova de atendimento aos requisitos de habilitação técnica previstos no inciso IV do art. 67 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **Outras comprovações**

8.24. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do [art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual](#);

b) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da [Constituição Federal](#);

c) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.

8.25. Tratando-se de consórcio :

8.25.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.25.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do [art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.25.4 .A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.26. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971](#);

8.26.2 . A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores .

## 9. Estimativas do valor da contratação

**Valor (R\$):** 613.074,75

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 613.074,75 (seiscentos e treze mil setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), conforme levantamento de gastos com manutenção de veículos automotores oficiais pertencentes ao Complexo Penal II de São Paulo.

## 10. Adequação Orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado .

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/380209;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 14421381561390000;

IV) Elemento de Despesa: 339039.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ADILSON CARLOS GOMES DOS SANTOS**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 11:56:47.*

**EVALDO BARRETO DOS SANTOS**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 12:39:33.*



ESP-CDP-AG.SEG.PENIT.VICENTE L.DA SILVA-PINHEIROS  
COMPLEXO PENAL II DE SÃO PAULO

## Estudo Técnico Preliminar 35/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00012161/2026-24

### 2. Descrição da necessidade



2.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para a prestação, em regime contínuo, dos serviços de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva dos veículos automotores oficiais pertencentes ao Complexo Penal II de São Paulo, da Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo, da Secretaria da Administração Penitenciária. A prestação dos serviços deverá ocorrer por meio da implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão, acessível via internet, com ou sem a utilização de cartões magnéticos, contemplando rede credenciada de oficinas, concessionárias e centros automotivos. O sistema deverá viabilizar a execução dos serviços de manutenção e reparação automotiva, incluindo o fornecimento e a aplicação de peças, componentes, acessórios e materiais, bem como serviços de transporte por guincho, serviço de plotagem, conforme as condições, especificações e exigências estabelecidas no edital.

2.2. A quarteirização se demonstra vantajosa para o Estado, pois apenas uma empresa ficará responsável por administrar as oficinas (terceiros) a realizar manutenções preventiva/corretiva nos veículos pertencentes à frota do Complexo Penal II de São Paulo, com um sistema informatizado e integrado de gestão que facilita a obtenção de orçamentos e consequentemente maior fluidez nos consertos dos veículos, tudo de maneira transparente e de acordo com requisitos elencados no Termo de Referência.

2.3. O não atendimento da presente solicitação acarretaria graves prejuízos às atividades relacionadas às demandas judiciais, tendo em vista que os veículos são utilizados no transporte de presos custodiados. A ausência de manutenção preventiva e corretiva compromete a segurança dos policiais penais responsáveis pela condução, bem como dos custodiados transportados para audiências, fóruns, hospitais, delegacias e Instituto Médico Legal (IML).

2.4. Entendo que tal medida permitirá maior organização no controle das manutenções, reduzirá a necessidade de processos por dispensa de licitação e proporcionará melhor aplicação dos recursos públicos. A contratação de



empresa especializada permitirá ainda a formalização de contrato administrativo e a designação de servidor responsável pela gestão e fiscalização dos serviços prestados.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Infraestrutura e Logística	Cláudio Ribeiro do Prado

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 São os seguintes os requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

I - Ampla rede de oficinas e centros automotivos em âmbito regional;

II - Gerenciamento da manutenção (análise de quilometragem, controle detalhado dos serviços prestados e peças utilizadas, etc.);

III - Disponibilização, em tempo real (online), via sistema informatizado, de todos os dados financeiros e operacionais relativos a cada manutenção realizada;

IV - Centralização da contratação e da gestão do contrato.

4.2 Definição e Justificativas da natureza continuada do serviço:

4.2.1. Os serviços de gerenciamento e administração da frota de veículos para fins de manutenção preventiva e corretiva são considerados de natureza continuada, pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade desta Administração de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do Complexo Penal II de São Paulo.

4.2.2. As atividades finalísticas do Complexo Penal II de São Paulo são ininterruptas, inclusive aos finais de semana e feriados, em atendimento às demandas judiciais relacionadas à apresentação de presos custodiados, as quais exigem a utilização de viaturas.

4.3. Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:

4.3.1 A CONTRATADA deverá atender aos critérios de sustentabilidade estabelecidos pela [Lei nº 14.133/2021](#), pelo Art. 8º da Lei nº 12.305/10, pela IN MPOG/SLTI Nº 01/2010, pelo Decreto nº 7.746/12, pela IN MPOG/SLTI Nº 10/12, e pela Portaria MF nº 507/14 nos assuntos pertinentes a presente contratação.

4.3.2. A sustentabilidade social se baseia na adoção, pela Contratada, das melhores condições de trabalho e a sustentabilidade ambiental se define pelo valor da ecoeficiência dos processos produtivos, ou seja, produzir mais com menos recursos, buscando a não contaminação de qualquer tipo de ambiente natural.

4.3.3. Nos assuntos pertinentes à presente contratação, para a plena adequação do estabelecimento à legislação vigente, a Contratada deverá, preferencialmente, credenciar oficinas e centros automotivos que:

4.3.3.1. Adotem práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização na execução do objeto contratado;

4.3.3.2. Observem as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidos na [Lei nº 12.305/10](#) – Política Nacional de Resíduos Sólidos – e na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;

4.3.3.3. Adotem prática de descarte correto do óleo contaminado utilizado em seu negócio, combustíveis e descarte de embalagens de óleos lubrificantes pós-consumo, e demais assuntos UASG 380209 Estudo Técnico Preliminar 35 /2026 relacionados ao objeto da contratação, conforme Resolução nº 362, de 23/06/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e Resolução CONAMA nº450, de 06 de março de 2012;

4.3.3.4. Deem preferência ao uso de equipamentos, ferramentas e peças novas que estejam adequadas às necessidades do mercado e à sustentabilidade;



4.3.3.5. Tenham contenções preparadas para o caso de vazamento de óleo ou qualquer outro líquido perigoso, bem como utilizem-se de outras alternativas visando à busca por práticas sustentáveis;

4.3.3.6. Utilizem materiais e peças que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.4. Duração inicial do contrato de prestação de serviços:

4.4.1. A contratação em tela terá vigência inicial de 15 (quinze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até 10 (dez) anos.

4.5. Nos termos do artigo 96 da lei nº 14.133/21, não será exigida prestação de garantia da contratação, visto que a supramencionada exigência implica na limitação da concorrência entre os participantes, resultando em eventual fracasso do certame, bem como o aumento de veículos em manutenção, afetando diretamente o bom andamento dos trabalhos no Complexo Penal II de São Paulo.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Com o objetivo de subsidiar a contratação de empresa prestadora de serviços de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de frota, procedeu-se ao levantamento de mercado visando à identificação das soluções atualmente disponíveis, dos modelos de contratação praticados e da estimativa de valores.

5.2. Uma das opções seria a contratação direta de oficinas, cuja execução da manutenção dar-se-ia por serviços pontuais conforme a demanda. Ademais, não haveria uma padronização dos procedimentos, uma vez que condicionado à prática e capacidade de cada oficina, e menor previsibilidade quanto aos custos, na medida em que oscilam conforme a demanda e os diagnósticos, o que aumenta o risco de sobrepreço.

5.3. Já o serviço ora pretendido de gerenciamento de manutenção de veículos confere ampla rede credenciada, o que viabiliza a Administração a obter o menor valor de custo, além da transparência e eficiência na prestação do serviço. Tal modalidade contratual confere alto grau de padronização dos procedimentos, e maior previsibilidade e controle do histórico de gastos. Desta feita, considerando que a frota deste Complexo Penal demanda constante manutenção tendo em vista o intenso deslocamento dos veículos para atividades operacionais em atendimento as demandas judiciais no transporte de presos custodiados, por todo o território do Estado de São Paulo, a contratação de empresa prestadora de serviço de gerenciamento de manutenção se apresenta mais eficiente, principalmente por reduzir riscos operacionais, orçamentários e de responsabilização, além de garantir transparência e previsibilidade.

5.4. Verificou-se que o serviço é amplamente ofertado por empresas que atuam na intermediação, controle e gestão de manutenções automotivas, por meio de rede de oficinas credenciadas, incluindo o fornecimento de peças, componentes e mão de obra, bem como disponibilização de sistema informatizado para acompanhamento e autorização prévia dos serviços. As principais empresas identificadas no mercado ofertam plataformas tecnológicas integradas, que permitem o registro de toda a rotina de manutenção dos veículos, histórico individualizado, controle de custos, emissão de relatórios gerenciais e auditoria das ordens de serviço, favorecendo a transparência e o controle administrativo.

5.5. No tocante à formatação comercial, a remuneração dá-se por meio de taxa de administração incidente sobre o valor dos serviços e peças utilizados. Esse modelo dispensa a necessidade de pagamentos antecipados e permite que a Administração pague somente pelos serviços efetivamente realizados, mediante comprovação documental.

5.6. Foram consultadas empresas do segmento e analisadas contratações similares realizadas por órgãos públicos, constatando-se compatibilidade quanto aos requisitos técnicos, abrangência da rede credenciada, metodologia de controle e forma de pagamento. O levantamento demonstrou que o serviço é consolidado no mercado, com ampla oferta, maturidade tecnológica e aderência às necessidades de manutenção da frota pública.

5.7. A partir das informações obtidas, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação, uma vez que:

- há oferta suficiente de fornecedores aptos a executar o objeto;
- o serviço é padronizado e amplamente praticado em órgãos públicos;
- o modelo de taxa de administração facilita o controle de despesas e evita custos fixos;
- o sistema informatizado contribui para rastreabilidade, economicidade e transparência.

5.8. Dessa forma, o levantamento de mercado demonstra que a contratação é adequada, exequível e compatível com as práticas atuais do setor.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. Trata-se de contratação de empresa especializada para presta serviços de gerenciamento de manutenção corretiva e preventiva de veículos automotores oficiais, com fornecimento de peças, e intermediação de pagamento – auto gestão e serviço de plotagem automotiva, para atender os veículos da sub frota composta por composta por 30 (trinta) veículos automotivos do Complexo Penal II de São Paulo da Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo. Além disso, há a necessidade de padronização da identidade visual dos veículos oficiais, conforme Manual de Marca da Polícia Penal 2025 o que garante o reconhecimento e identificação, neste caso, através do serviço de plotagem e adesivagem dos veículos automotores, visando manter a uniformidade entre frotas, e reforçar a imagem institucional.

6.2. A solução contempla a contratação de empresa prestadora de serviço de gestão, administração e controle da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, por meio da disponibilização de rede de oficinas credenciadas e de sistema informatizado capaz de registrar, autorizar, monitorar e auditar todos os serviços executados. Para viabilizar o acompanhamento e controle, a empresa deverá disponibilizar plataforma tecnológica em ambiente web, acessível de forma segura pelos gestores, com recursos para:

- Cadastro da frota e registro completo de histórico de manutenção por veículo;
- Solicitação e autorização prévia de serviços;
- Avaliação de orçamento, peças e mão de obra;
- Emissão de ordens de serviço automatizadas;
- Indicadores gerenciais de desempenho e painéis de controle;
- Relatórios detalhados de custos, frequência de manutenção e desempenho operacional;
- Auditoria e trilhas de validação para fins de transparência e controle interno/externo.

6.3. A remuneração se dará por meio de taxa de administração, aplicada sobre o valor dos serviços e peças efetivamente utilizados, permitindo que o órgão público pague apenas pelos serviços realizados, mediante comprovação documental e validação pelo fiscal do contrato.

6.4. Esse modelo favorece a prevenção de custos desnecessários, além de promover maior controle, economicidade e segurança operacional. Em síntese, a solução contratada permite:

- Centralização do gerenciamento da manutenção da frota;
- Padronização de processos e critérios de execução;
- Controle transparente dos gastos;
- Redução de indisponibilidade dos veículos;
- Garantia de conformidade técnica e legal dos serviços;
- Melhoria na tomada de decisões por meio de dados confiáveis.

Em suma, consiste em uma solução integrada de gestão de manutenção automotiva, que une tecnologia, rede de oficinas qualificadas e processo padronizado, assegurando eficiência, rastreabilidade, transparência e economicidade na utilização da frota pública.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. As quantidades a serem contratadas foram analisadas pelo Serviço de Infraestrutura e Logística, considerando a média utilizada nos últimos meses e os gastos adicionais com serviço de guincho (que abrange todo o Estado de São

Paulo), substituição de faróis, lanternas, vidros e demais manutenções efetuadas, bem como o serviço de plotagem dos veículos.

PERÍODO	NOTA DE EMPENHO	ITEM	TOTAL GASTO (R\$)
2025	2025NE00955	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 34.600,00
	2025NE00810	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 17.600,00
	2025NE00172	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 17.200,00
	2025NE00173	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 13.400,00
	2025NE00801	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 18.000,00
	2025NE00171	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 17.472,00
	2025NE00857	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 17.600,00
	2025NE00810	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$17.600,00
	2025NE00511	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 4.740,00
	2025NE00602	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO	R\$ 13.753,00

		DE VIATURAS	
	2025NE01010	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 14.964,70
	2025NE00272	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 17.696,00
	2025NE00558	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 35.500,00
	2025NE00993/2025NE00994/2025NE00995/2025NE00996	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 12.250,15
	2025NE00679/202500NE680/202500NE681/2025NE00682	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 37.430,00
	2025NE00596	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 31.500,00
	2025NE00557	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 16.921,25
	2024NE00485/2024NE00486/2024NE00486	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 11.371,80
	2024NE00430/2024NE00429	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 34.416,00
	2024NE00085/2024NE00086	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 31.780,00

2024	2024NE00401	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 8.961,00
	2024NE00320/2024NE00321	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 9.422,40
	2024NE00139/2024NE00140	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 14.050,00
	2024NE00091	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 17.598,50
	2025NE00095	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 14.528,70
	2024NE00358/2024NE00359	33903980 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS	R\$ 21.804,64
<b>Total Gasto em Média nos anos de 2024 e 2025</b>			<b>R\$ 502.160,14</b>
<b>Média de gasto Mensal nos anos de 2024 e 2025</b>			<b>R\$ 33.477,34</b>
<b>Margem de Segurança 25% (mensal) aplicada - nova contratação</b>			<b>R\$ 8.369,33</b>
<b>Total Mensal com Segurança 25% (mensal) - nova contratação</b>			<b>R\$ 41.846,67</b>
<b>Taxa de Administração conforme cotado em pesquisa</b>		<b>-2,33%</b>	<b>-R\$ 975,02</b>
<b>Valor Mensal com Taxa de Administração</b>			<b>R\$ 40.871,65</b>
<b>Valor Total previsto ao longo de 15 (quinze) Meses</b>			<b>R\$ 613.074,75</b>

7.2. A contratação em tela terá vigência inicial de 15 (quinze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até 10 (dez) anos, artigos 106 e 107 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 613.074,75

8.1. O artigo 23, § 1º, inciso IV, da [Lei nº 14.133/2021](#), assim disciplina acerca da pesquisa de preços com fornecedores:

*"Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

(...)

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;"

8.2. Conforme disposto no dispositivo legal supracitado, a pesquisa de preços foi realizada junto a oficinas credenciadas e empresas especializadas em gerenciamento de manutenção veicular preventiva e corretiva. Tal procedimento assegura a amplitude e a confiabilidade da pesquisa, permitindo a adequada fixação do valor estimado para a prestação dos serviços, que compreendem manutenção veicular, substituição de peças e acessórios, serviços de guincho e reboque, plotagem, entre outros, conforme o escopo pretendido na presente contratação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL
1	Administração/Gerenciamento manutenção de veículos automotivos	25518	189472	Unidade	1	R\$ 40.871,65	R\$ 613.074,75

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. No caso em análise, não se verifica a viabilidade de parcelamento do objeto, tendo em vista que a medida pretendida refere-se à contratação de serviço de gerenciamento de frota deste Complexo Penal, o que caracteriza uma demanda de natureza urgente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Esclarecemos que não haverá contratações similares ou correspondentes entre si, que guarde relação direta na execução do objeto em questão.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento Estimativa da quantidade juntamente com a pesquisa de preços elaborada, está de acordo com a necessidade do órgão.

11.2. Declaro, para os devidos fins, que o objeto da presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2026. Tal situação decorre do disposto na Resolução SAP nº 128, de 26 de dezembro de 2024, que promoveu a estruturação e reorganização administrativa da Polícia Penal, nos termos da Lei Complementar nº 1.416, de 26 de dezembro de 2024, em vigor desde 1º de janeiro de 2025. Dessa forma, a presente contratação será realizada em conformidade com o artigo 15 das Disposições Transitórias do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, mediante justificativa da autoridade competente.

11.3. Dessa forma, a presente contratação justifica-se pela necessidade da contratação do serviço de gerenciamento de frota dos veículos automotores oficiais do Complexo Penal II de São Paulo.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os benefícios alcançados com a manutenção permanente e periódica dos veículos são:

- a) **Segurança do deslocamento no transporte de presos custodiados:** A segurança dos policiais penais e dos detentos é de suma importância durante as operações de deslocamento em cumprimento das demandas judiciais. Veículos em condições mecânicas deficientes podem representar riscos à segurança, aumentando a probabilidade de acidentes durante a circulação veicular;
- b) **Prevenção de fugas e incidentes:** A manutenção mecânica adequada dos veículos de transporte de presos custodiados é fundamental para evitar incidentes que possam resultar em fugas ou situações de risco durante o transporte. Falhas mecânicas podem comprometer a integridade do veículo, oferecendo oportunidades para tentativas de fuga ou outros incidentes graves;
- c) **Prontidão operacional:** Uma frota deve responder rapidamente a qualquer necessidade de transporte. Um serviço de gerenciamento de manutenção mecânica garante que os veículos estejam sempre em condições de operação, minimizando o tempo de inatividade e garantindo prontidão contínua;
- d) **Economia de recursos:** A prevenção de problemas mecânicos por meio de manutenção regular e preventiva pode ajudar a reduzir os custos operacionais associados a reparos corretivos e a substituição prematura de peças. Isso permite uma alocação mais eficiente dos recursos deste Complexo Penal;
- e) **Conformidade com regulamentações de segurança:** As autoridades reguladoras frequentemente impõem requisitos rigorosos de segurança para veículos utilizados em transporte de pessoas privadas de liberdade. Um serviço de gerenciamento de manutenção mecânica garante que a frota esteja em conformidade com todas as normas e regulamentações relevantes, evitando possíveis penalidades e garantindo a segurança de todos os envolvidos;
- f) **Manutenção da imagem institucional:** Uma frota bem mantida reflete positivamente na imagem da instituição perante a sociedade, demonstrando um compromisso com a segurança e o profissionalismo nas operações;
- g) **Gestão eficiente de riscos:** A manutenção regular dos veículos contribui para a gestão eficaz de riscos associados ao transporte, minimizando a probabilidade de incidentes adversos que possam resultar em danos à segurança pública e à reputação da instituição prisional.

Os benefícios alcançados com o serviço de plotagem veicular são:

- h) **Proteção da pintura original** – Evita riscos, arranhões e desgaste da cor;
- i) **Economia em manutenção** – Reduz necessidade de repintura e polimento;
- j) **Disfarce de imperfeições** – Cobre pequenos danos ou desbotamento da pintura;
- k) **Valorização na revenda** – Preserva a pintura original, mantendo o veículo em melhor estado;
- l) **Customização fácil e reversível** – Permite trocar a cor ou aparência sem afetar a pintura original;
- m) **Identificação visual** – Para viaturas, facilita padronização, identificação e reforça a imagem institucional;
- n) **Instalação rápida e menos invasiva que pintura** – Sem cheiro, sem necessidade de desmontagem completa.

12.2. Em suma, a implementação do serviço de gerenciamento de manutenção para a frota de veículos oficiais é essencial para garantir a segurança, a eficiência operacional e o cumprimento das regulamentações, proporcionando benefícios significativos em termos de segurança pública e gestão de recursos.



12.3. Diante da importância da manutenção eficiente dos veículos, assim como a necessidade de efetuar o envelopamento nos veículos para o funcionamento adequado das operações, solicito a contratação de uma empresa especializada para garantir a execução dos serviços e a segurança das pessoas privadas de liberdade que são transportadas bem como os policiais penais que conduzem as viaturas.

#### **12.4. Justificativa da inexistência de garantia**

12.4.1. O artigo 96, , da Lei Federal nº 14.133/2021, preceitua acerca da facultatividade da Administração em exigir a prestação da "caput" garantia contratual, nos seguintes termos:

*"Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos."*

12.5. Conforme se depreende do enunciado normativo supra transcrito, tem-se que a garantia contratual será exigida somente quando o valor estimado da contratação apresentar complexidade que implique em risco de prejuízos à Administração na eventual hipótese de inadimplemento contratual, o que não é o caso da presente contratação.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Administrativamente, realizar o procedimento de Contratação por LICITAÇÃO nos termos da [Lei Federal n.º 14.133/2021](#), com a instrução do processo e todos os documentos necessários.

13.2. As providências a serem adotadas pela Administração preliminarmente à celebração do contrato, ou nota de empenho incluem o trabalho prévio à contratação que ora é realizado, bem como, pautado no princípio da juridicidade, a seleção criteriosa das futuras contratadas mediante a realização do certame e, em especial, a assertiva fiscalização do contrato ou nota de empenho, a ser realizado por agentes formalmente designados, que deverão possuir a capacitação para fiscalização e gestão contratual.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A contratação de empresa especializada para o gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota possui impactos ambientais que devem ser considerados na definição da solução.

14.2. A execução dos serviços envolve a substituição de peças automotivas, filtros, pneus, baterias, fluidos e lubrificantes, o que resulta na geração de resíduos sólidos e resíduos perigosos, cuja manipulação e destinação final inadequada podem ocasionar contaminação do solo e dos recursos hídricos, além de riscos à saúde humana. Da mesma forma, o armazenamento, o manuseio e o transporte desses materiais exigem observância às normas técnicas e ambientais vigentes, de forma a mitigar acidentes ambientais. Por outro lado, a adequada gestão da manutenção contribui para a redução de impactos ambientais associados à operação veicular.

14.3. A manutenção preventiva regular possibilita melhor eficiência energética e de combustão, reduzindo emissões atmosféricas de poluentes e de gases de efeito estufa (GEE). Adicionalmente, o gerenciamento centralizado da cadeia de oficinas e fornecedores favorece a rastreabilidade de resíduos e a implementação de políticas de logística reversa, especialmente no tocante a óleo lubrificante usado e contaminado, baterias, pneus e demais componentes remanufaturáveis ou recicláveis.

### **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

15.2. Conclui-se que a solução pretendida está pautada nos princípios da economicidade, eficiência, controle e padronização, no que se refere à contratação de serviços de gerenciamento de manutenção corretiva e preventiva de veículos automotores oficiais, com fornecimento de peças, intermediação de pagamento (autogestão) e serviços de plotagem automotiva.

15.3. A contratação destina-se ao atendimento da subfrota composta por 30 (trinta) veículos automotores oficiais pertencentes ao Complexo Penal II de São Paulo da Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo, incluindo da Secretaria da Administração Penitenciária.

15.4. Adicionalmente, a presente contratação contempla a padronização da identidade visual dos veículos oficiais, conforme o Manual de Marca da Polícia Penal 2025, garantindo seu reconhecimento e identificação por meio dos serviços de plotagem e adesivagem. Tal medida visa assegurar a uniformidade entre as frotas e fortalecer a imagem institucional.

15.5. O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado com o objetivo de fundamentar a referida contratação, em conformidade com a Resolução SAP nº 128, de 26 de dezembro de 2024, que estabelece a estrutura organizacional, bem como define as competências e atribuições das unidades administrativas da Polícia Penal do Estado de São Paulo.

15.6. Dessa forma, considerando a necessidade de garantir a ordem e a segurança pública, conclui-se pela viabilidade da contratação, nos termos deste Estudo Técnico Preliminar.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CLAUDIO RIBEIRO DO PRADO**

Chefe de Serviço de Infraestrutura e Logística



*Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 12:55:43.*

**EVALDO BARRETO DOS SANTOS**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 12:37:30.*

**ANDRE FAUSTINO SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 12:44:17.*



ESP-CDP-AG.SEG.PENIT.VICENTE L.DA SILVA-PINHEIROS  
COMPLEXO PENAL II DE SÃO PAULO

## Minuta de Contrato 6/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	380209-ESP-CDP-AG.SEG.PENIT.VICENTE L.DA SILVA-PINHEIROS	ADILSON CARLOS GOMES DOS SANTOS	26/04/2026 06:47 (v 0.4)
Status	CONCLUIDO		

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		006.00012161/2026-24

**1. OBJETO (art. 92, I e II)****SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA****COMPLEXO PENAL II DE SÃO PAULO**Processo Administrativo nº **006.00012161/2026-24**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/2026**,  
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO,  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
PENITENCIÁRIA, POR INTERMÉDIO DO  
COMPLEXO PENAL II DE SÃO PAULO, E A  
EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretária de Administração Penitenciária, por intermédio do Complexo Penal II de São Paulo, localizada na Av. Dra. Ruth Cardoso, nº 1525, Vila Leopoldina, CEP 05310-000, São Paulo /SP, inscrita no CNPJ sob o nº 96.291.141/0111-14, neste ato representada pelo Sr. **Evaldo Barreto dos Santos**, Chefe de Departamento deste Complexo Penal, nomeado pela Resolução xxxxxxxx 202x, publicada no DOE em xxxxx de xxxxxxxx de 202x, portador do RG nº xxxxxxxxxx, inscrita no CPF sob o nº xxxxxxxxxx, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa xxxxxxxxxx, localizada na xxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo Sr (a). **XXXXXXXXXXXXXXXX**, representante legal, portador do RG nº **XX.XXX.XXX-X**, inscrito no CPF sob o nº **XXX.XXX.XXX-XX**, conforme atos constitutivos da fornecedora, doravante denominada CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo nº **006.00012161/2026-24** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90008**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. serviços contínuos de gestão, administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva para frota de veículos automotores oficiais pertencentes ao Complexo Penal II de São Paulo, incluindo o fornecimento de peças, componentes, acessórios, materiais e transporte em suspenso (guincho) além da execução de serviços de plotagem automotiva, por meio de serviço que opere via internet, com ou sem a utilização de cartões magnéticos e que inclua uma rede credenciada de oficinas, concessionárias (obrigatória para a manutenção dos veículos que estejam dentro do prazo de garantia) e centros automotivos, para a execução dos serviços de reparação automotiva, necessários aos veículos. O objeto visa atender à sub frota composta por 30 (trinta) veículos pertencentes a este Complexo Penal II de São Paulo, sendo 24 (vinte e quatro) veículos destinados ao transporte de pessoas privadas de liberdade, 04 (quatro) veículos utilizados no transporte de alimentação dessas pessoas e 02 (dois) veículos do tipo carga seca, todos de patrimônio do Complexo Penal II de São Paulo, subordinado à Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, organizado em itens conforme as subdivisões deste instrumento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe, sob regime de empreitada por preço global.

## 1.2. Objeto da contratação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	BEC	UND MEDIDA	QTD.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Administração/Gerenciamento manutenção de veículos automotivos	25518	189472	Unidade	01	R\$	R\$

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e,

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses contados a partir da assinatura do contrato e prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do

contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS** **([art.92, IV, IV e XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))**

5.1. A Contratada se obriga a prestar os serviços objeto do contrato pelo Percentual de Taxa de Administração ofertado igual a \_\_\_\_% (\_\_\_\_), no qual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDIO e demais despesas de qualquer natureza).

5.1.1. A remuneração da Contratada será resultante da aplicação do Percentual de Taxa de Administração de uma unidade (conforme fórmula abaixo) ao efetivo montante total dos gastos incorridos pela oficinas da rede credenciada com a realização de serviços de manutenção automotiva no mês de referência, constante do relatório analítico de despesa, devidamente aprovado pelo Contratante.

$$Pr = (1 + T\%) * G$$

Em que:

Pr: Valor total do pagamento no período de referência;

T: Taxa de Administração; e

G: Gastos incorridos pelo órgão/entidade com os serviços de manutenção preventiva e corretiva de sua frota de veículos (deduzidos os descontos sobre o valor das peças e dos serviços).

5.1.2. Os valores das peças e dos serviços realizados serão inferiores ou, pelo menos, iguais aos preços unitários por tipo de veículo constantes das tabelas do fabricante/montadora com a aplicação dos descontos constantes da proposta comercial final da Contratada.

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei](#)

[Complementar n.º 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO [\(art. 92, V e VI\)](#)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE [\(art. 92, V\)](#)**

7.1. O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixa e irredutível, durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações, mesmo que seja negativo, não estando sujeita a qualquer forma de recomposição, atualização, revisão ou reajuste de preços.

7.1.1. A taxa de administração possui caráter remuneratório fixo, não vinculada a custos variáveis sujeitos a oscilações de mercado, razão pela qual a Contratada declara ter considerado todos os encargos e custos necessários ao pleno cumprimento das obrigações assumidas, mantendo-se inalterado o valor contratado até o término da sua vigência, salvo hipóteses de repactuação reconhecidas e devidamente justificadas na forma da legislação aplicável, quando cabível.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 05 (cinco) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de



descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO [\(art.92, XIV, XVI e XVII\)](#)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior [\(art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de



Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO [\(art. 92, XII\)](#)

11.1. Não será exigida garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da [Lei nº 14.133, de 2021](#) pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS [\(art. 92, XIV\)](#)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade Advertência mais grave [\(art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”,

“f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV. **Multa:** calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, **Resolução SAP 49/2024**.

IV.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato ([§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de ato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Idôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório [\(art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021\)](#).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

### 14. CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 380209;

II. Fonte de Recursos: 150010001;

III. Programa de Trabalho: 14421381561390000;

IV. Elemento de Despesa: 339039;

V. Plano Interno: 0100;

Nota de Empenho: xxx.

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#)

– e princípios gerais dos contratos.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, (dia) de (mês) de (ano).

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Testemunhas:

1 - \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

### RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LCCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

**Parágrafo único** - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

**Artigo 3º** - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

**I** - advertência;

**II** - multa;

**III** - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

**§ 2º** - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

**§ 3º** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 4º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

**I** - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

**II** - as peculiaridades do caso concreto;

**III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

**1.** a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCE/SP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

**2.** a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

**3.** a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

**4.** a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;



5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## **CAPÍTULO II DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 5º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

### **Seção II – Da Multa**

**Artigo 6º** - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 7º** - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

**III** - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

**Artigo 8º** - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

**I** - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

**II** - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

**Artigo 10** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

**I** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

**a)** 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

**b)** 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea “a” supra;

**c)** Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

**II** - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

**III** - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

**Parágrafo único** – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

**Artigo 11** - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 12** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

**Artigo 13** - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

**Parágrafo único** - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

**Artigo 14** - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

**Artigo 15** - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

**Artigo 16** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

**§ 1º** - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§ 2º** - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

### Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

**Artigo 17** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

**Parágrafo único** – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

## Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

**Artigo 18** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

**§ 2º** - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

## CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

**Artigo 19** - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

**Parágrafo único** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

**Artigo 20** - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo único** - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

**Artigo 21** - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**§ 1º** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**§ 2º** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 3º** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 4º** - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

**Artigo 22** - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**Artigo 23** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 24** - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

**Artigo 25** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

**Artigo 26** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

**Artigo 27** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Parágrafo único** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

**Artigo 28** - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

**§ 1º** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

**§ 2º** - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 29** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 30** - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 31** - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 32** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

## **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 33** - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 34** - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

**Artigo 35** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

**ANEXO IV**

**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA**

**ANEXO IV.1**

**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

ITEM	SERVIÇO	CÓDIGO CADMAT	QUANTIDADE (UNIDADE DE FORNECIMENTO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTALDO ITEM
1					
2					
3					
(...)					



**ANEXO V**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO V.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)